NOTA PÚBLICA EM DEFESA DAS MATRIZES DE DANOS CONSTRUÍDAS COM A POPULAÇÃO ATINGIDA POR UMA INDENIZAÇÃO JUSTA E INTEGRAL

rompimento da barragem de Fundão em novembro de 2015, que continha rejeitos de minérios da Samarco (Vale e BHP), é um marco inédito em várias dimensões, como no ordenamento jurídico brasileiro, no universo de perdas e danos e na proporção dos impactos socioambientais. Assim também é o processo indenizatório às famílias atingidas ao longo da Bacia do Rio Doce.

A Fundação Renova é a responsável pela reparação dos danos, contudo, vem conduzindo as negociações para indenização com regras e critérios elencados de forma unilateral, propondo valores irrisórios e visando defender os interesses de suas mantenedoras, rés do desastre-crime: Samarco, Vale e BHP.

Assim, a partir dos espaços de negociação extrajudicial criados pela Fundação, são causados novos danos, na medida em que não é garantida a efetiva participação das pessoas atingidas nas tomadas de decisão relacionadas a estes espaços e fica à cargo das próprias rés a definição de quais pessoas atingidas são "elegíveis" a receber a indenização, quais valores irão receber, segundo seus próprios critérios e cálculos, definidos sem transparência.





O modelo indenizatório proposto pela Fundação Renova no município de Mariana, assim como o sistema indenizatório simplificado chamado "Novel" aplicado em Barra Longa e em município da Bacia do Rio Doce, reproduzem a violação aos direitos humanos e ao meio ambiente condizentes com o nível do constrangimento causado pelo desastre-crime.

A Fundação Getúlio Vargas, que presta consultoria ao Ministério Público Federal, em relatório publicado em dezembro de 2019¹, identificou uma série de problemas na matriz utilizada pela Fundação Renova durante as negociações para indenização, como a falta de transparência e acesso à informação, insuficiência no reconhecimento de danos pelo desastre (se limitando aos danos que ocorreram no dia do rompimento e não reconhecendo os danos decorrentes do tempo e do próprio processo de reparação), inexpressiva participação social na construção da matriz, além do não reconhecimento de atingidos, com base nos critérios estabelecidos pela própria Fundação Renova.

Contrárias a essa lógica de violação de direitos, as matrizes de danos elaboradas pelas pessoas atingidas, a partir de parcerias entre as Assessorias Técnicas Independentes e grupos de especialistas renomados, vêm sendo construídas a partir de metodologias científicas socialmente referenciadas e participativas.

¹http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_analise-das-matrizes-de-danos-no-contexto-da-reparacao-do-desastre-do-rio-doce.pdf





Visando valores mais adequados e justos de indenização, essas matrizes levam em consideração as perdas e danos materiais, imateriais, além da continuidade dos danos através do deslocamento compulsório das famílias ou isolamento comunitário, perda de relações sociais, uso do tempo em reuniões, dentre outros diversos aspectos. Incorporam e compatibilizam técnicas e princípios que representam um modelo de indenização e reparação integral centrado e protagonizado pelas vítimas, conforme a autodeclaração da população atingida sobre suas perdas e danos.

Para além da fundamentação e evidenciação das técnicas escolhidas para se chegar aos valores, as matrizes são resultados da demanda coletiva, são instrumentos de luta contrários à reprodução da lógica que resultou no rompimento da barragem de rejeitos de Fundão.

INDENIZAÇÃO JUSTA E INTEGRAL É
A QUE CONSIDERA E CALCULA O
VALOR DAS PERDAS E DANOS COM
A PARTICIPAÇÃO ATIVA DAS
PESSOAS ATINGIDAS.





PARA TER ACESSO ÀS MATRIZES DE DANOS, CLIQUE NOS LINKS ABAIXO:

MARIANA:

http://mg.caritas.org.br/storage/arquivo-debiblioteca/April2021/OPUnMglE75jp7mstimpn.pdf

BARRA LONGA:

https://www.aedasmg.org/post/confira-a-vers%C3%A3o-final-da-matriz-de-danos-dos-atingidos-e-simule-sua-indeniza%C3%A7%C3%A3o-justa







ASSINAM A NOTA

*Compõe a FLAMa

- Assessoria Técnica da população atingida de Barra Longa/MG Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social [AEDAS]
- Assessoria Técnica e Educacional Meio Ambiente e Barragens ATEMAB/UFRRJ
- Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto (ADUFOP)*
- · Sindicato Metabase Inconfidentes*
- Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)*
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)*
- Comissão dos Atingidos por Barragens de Antônio Pereira*
- · Comitê Popular de atingidos pela Mineração em Itabira e Região*
- Central Sindical e Popular Conlutas (CSP Conlutas)*
- Intersindical Central da Classe Trabalhadora*
- Coordenação Regional da Dimensão Sociopolítica da Arquidiocese de Mariana*
- · Coordenação Arquidiocesana da Dimensão Sociopolítica*
- Comissão para o Meio Ambiente da Arquidiocese de Mariana*
- Comissão Especial para Ecologia Integral e Mineração CNBB*
- Fórum Permanente da Bacia do Rio Doce*
- Frente Mineira de Luta das Atingidas e Atingidos pela Mineração (FLAMa)*
- Rede Igrejas e Mineração*
- Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais*
- Movimento Mulheres em Luta (MML)*
- Comitê Pereira de Luta*
- Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE IFMG)*
- Movimento de Mulheres Olga Benário MG*
- Unidade Popular pelo Socialismo MG*
- Centro Acadêmico do curso de Serviço Social da UFOP (CASS Igor Mendes)*
- Brigadas Populares*
- Partido Comunista Brasileiro (PCB MG Célula Mariana-MG)*
- Partido dos Trabalhadores de Ouro Preto (PT)*
- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)*
- União da Juventude Comunista (UJC) Mariana e Ouro Preto*
- Jornal A Sirene*
- Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro Mariana e Ouro Preto*
- Oposição do Sindicato Metabase Mariana*



